



# A Interlocução de Saberes na Antropologia 2

**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

**Atena**  
Editora

Ano 2020



# A Interlocução de Saberes na Antropologia

# 2



**Willian Douglas Guilherme**  
**(Organizador)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Willian Douglas Guilherme

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I61 A interlocução de saberes na antropologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-375-0

DOI 10.22533/at.ed.750201109

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 306

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Neste segundo Volume de “A Interlocução de Saberes na Antropologia” foram selecionados 18 artigos, o dobro do primeiro Volume, publicado em 2019. A intenção é ampliar o debate acadêmico por meio da divulgação dos resultados da pesquisa antropológica. Assim como no primeiro Volume, esta publicação mantém a característica crítica e direta que é a marca esta coletânea.

Os artigos trazem possibilidades diversas, discutindo dentro do viés antropológico, temáticas relativas aos saúde e povos indígenas, cultura, resistência negra e quilombos. Os artigos debatem seus objetos dialogando intensamente com o leitor, provocando, instigando a inquietação diante os resultados apresentados.

Ainda, temas como ciências da computação, processo judiciais, globalização, mudança no hábito alimentar e assédio sexual também são intensamente discutidos. É uma obra que precisa ser divulgada e referenciada.

Convido a navegarem pelo índice e desfrutarem do prazer desta leitura.

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Roberta Brandalise

DOI 10.22533/at.ed.7502011091

### **CAPÍTULO 2..... 26**

A FORMAÇÃO INTERCULTURAL DE GESTORES NO CAMPO DA SAÚDE INDÍGENA

Marcos Antonio Braga de Freitas

Ana Paula Barbosa Alves

Ariosmar Mendes Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.7502011092

### **CAPÍTULO 3..... 40**

ANTROPOLOGIA NAS PERÍCIAS: APROPRIAÇÕES DA PESQUISA ANTROPOLÓGICA NO ÂMBITO DE PROCESSOS JUDICIAIS

Cíntia Beatriz Müller

DOI 10.22533/at.ed.7502011093

### **CAPÍTULO 4..... 51**

ASSÉDIO SEXUAL EM ESPAÇOS PÚBLICOS E O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: A LEI Nº 13.718/2018

Ester Rocha de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.7502011094

### **CAPÍTULO 5..... 63**

CAIXA DE COMENTÁRIOS DOS JORNAIS ONLINE DE MATO GROSSO DO SUL: OPINIÕES EXPRESSAS A RESPEITO DOS POVOS INDÍGENAS

Gabriel dos Santos Landa

DOI 10.22533/at.ed.7502011095

### **CAPÍTULO 6..... 76**

COMUNIDADES TRADICIONAIS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO SUL DO AMAZONAS

Cloves Farias Pereira

Thereza Cristina Menezes Cardoso

Suzy Cristina Pedroza da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7502011096

### **CAPÍTULO 7..... 89**

CURSO DE GESTÃO EM SAÚDE COLETIVA INDÍGENA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Paula Barbosa Alves

DOI 10.22533/at.ed.7502011097

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>104</b>
DA NARRATIVA DE VIAGEM À NARRATIVA ETNOGRÁFICA: A REPRESENTAÇÃO DO OUTRO E A AUTORIDADE CIENTÍFICA	
Eliane Miranda Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7502011098	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>117</b>
ECONOMIA, CONSUMO E ESCASSEZ DE RECURSOS NATURAIS: OS DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO	
Ariosmar Mendes Barbosa	
Marcos Antonio Braga de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.7502011099	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>130</b>
HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS FAMÍLIAS DESCENDENTES DE ORIGEM ALEMÃ DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC	
José Raul Staub	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75020110910	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>145</b>
NOVAS CENTRALIDADES, NOVAS PERIFERIAS: NARRATIVAS DE FUGA NA FRONTEIRA ENTRE TERRITÓRIOS DA ZONA OESTE DE MONTEVIDÉU	
Romina Pedreira Cabrera	
Valeria Giménez Carratú	
DOI 10.22533/at.ed.75020110911	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>161</b>
O CONCEITO DE CULTURA EM FOCO	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.75020110912	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>168</b>
O HOME CARE DECIDIDO PELOS TRIBUNAIS: OUTRAS FACES E DILEMAS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Luísa Paim Martins	
Leonardo do Amaral Pedrete	
DOI 10.22533/at.ed.75020110913	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>183</b>
O IMPÉRIO DOS SIMULACROS E A COMIDA “FRANKENSTEIN”... TEM “GOSTO”, “CHEIRO” E “COR” DE FRUTA, MAS NÃO É FRUTA – UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DOS SENTIDOS DO ATO ALIMENTAR	
Sophia Sartini Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.75020110914	

<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>204</b>
OUTROS OLHARES SOBRE OS OUTROS: A PRESENÇA INCÔMODA DOS CORPOS MODIFICADOS EM <i>BLOGS</i> Juliana Abonizio DOI 10.22533/at.ed.75020110915	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>211</b>
PROTAGONISMO E RESISTÊNCIA NEGRA NA REGIÃO DO MARUANUM/AP: EM BUSCA DE SABERES ANCESTRAIS Jamile Borges da Silva Tayra Fonseca Rezende DOI 10.22533/at.ed.75020110916	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>222</b>
REPRESENTAÇÃO ETNOGRÁFICA E A NARRATIVA SUBALTERNA Adriana Elisa Bozzetto DOI 10.22533/at.ed.75020110917	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>229</b>
RITUAL DE TOBÓSSIS: BANCADA, BARCO E INICIAÇÃO DAS PRINCESAS AFRICANAS Tayná do Socorro da Silva Lima DOI 10.22533/at.ed.75020110918	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>263</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>264</b>

# CAPÍTULO 1

## A ANTROPOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

*Data de aceite: 24/08/2020*

*Data de submissão: 07/07/2020*

**Roberta Brandalise**

Faculdade Cásper Líbero  
São Paulo, SP

<http://orcid.org/0000-0001-7115-8372>

Matta, Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro. Os achados de pesquisa indicam que premissas, hipóteses, questionamentos, conceitos e argumentos antropológicos se apresentam férteis nos estudos de comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistemologia da comunicação; antropologia da comunicação; antropologia visual; antropologia compartilhada; antropologia cultural.

### ANTHROPOLOGY IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE IN COMMUNICATION SCIENCES

**ABSTRACT:** We studied the contributions of Anthropology in the field of Communication, from the history of the disciplinary constitution of anthropological knowledge at the School of Communications and Arts, University of São Paulo (ECA / USP), since 1970; the analysis of the theoretical-methodological repertoire of teaching programs; the answers given by 112 communication students, belonging to 9 classes, from 2004 to 2009; and the field diary data, which we cultivated in that period when teaching anthropology to communicators. In the research path, the relevance of the hypothesis attributed to Claude Lévi-Strauss, that communication founds social life, was highlighted. Egon Schaden's pioneering spirit in creating the subject of Communication Anthropology in 1970. The contributions of Visual Anthropology, John Collier, Shared Anthropology, Jean Rouch, and Cultural Anthropology, by Clifford Geertz, in the training of communicators, for initiative of professors Solange Couceiro de Lima and Marco Antônio Guerra, in joint action between 1977 and

**RESUMO:** Estudamos as contribuições da Antropologia no campo da Comunicação, a partir da história da constituição disciplinar dos saberes antropológicos na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA/USP), desde 1970; da análise do repertório teórico-metodológico dos programas de ensino; das respostas concedidas por 112 estudantes de comunicação, pertencentes a 9 turmas, de 2004 a 2009; e dos dados de diário de campo, que cultivamos, nesse período, ao lecionar antropologia para comunicadores. No percurso de pesquisa, destacou-se a relevância da hipótese atribuída a Claude Lévi-Strauss, de que a comunicação funda a vida social. O pioneirismo de Egon Schaden ao criar a matéria de Antropologia da Comunicação, em 1970. As contribuições da Antropologia Visual, de John Collier, da Antropologia Compartilhada, de Jean Rouch, e da Antropologia Cultural, de Clifford Geertz, na formação dos comunicadores, por iniciativa dos professores Solange Couceiro de Lima e Marco Antônio Guerra, em ação conjunta entre 1977 e 1987. E as reflexões contemporâneas propostas por Roberto Da

1987. And the contemporary reflections proposed by Roberto Da Matta, Gilberto Velho and Eduardo Viveiros de Castro. The research findings indicate that anthropological premises, hypotheses, questions, concepts and arguments are fertile in communication studies.

**KEYWORDS:** Epistemology of communication, anthropology of communication, visual anthropology, shared anthropology, cultural anthropology.

## **1 | O PIONEIRISMO NA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Pesquisamos como os saberes antropológicos medeiam os estudos de Comunicação. Por 40 anos, a Antropologia fez parte da formação do comunicador, na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Estudamos as contribuições da Antropologia no campo da Comunicação, a partir da história da constituição disciplinar dos saberes ECA/USP, desde 1970, com a iniciativa de Egon Schaden. Da análise do repertório teórico-metodológico dos programas de ensino de Antropologia da Comunicação, que durou de 1970 a 1987, e de Antropologia Cultural, que durou de 1984 a 2011; das respostas concedidas por 112 estudantes de comunicação, pertencentes a 9 turmas, de 2004 a 2009, sobre a relevância dos saberes antropológicos em sua formação; e dos dados de diário de campo, que cultivamos, nesse período, ao lecionar antropologia para comunicadores.<sup>1</sup>

Inicialmente, dedicamo-nos a compreender o pioneirismo de Egon Schaden (1913-1991), sucedido por Solange Couceiro de Lima e Marco Antônio Guerra, no Centro de Comunicações e Artes, da Escola de Comunicações e Artes (1966), da Universidade de São Paulo (CCA/ECA/USP).

A partir da criação das matérias de Antropologia da Comunicação (1970-1987) e Antropologia Cultural (1984-2011) e da introdução aos estudantes de saberes voltados para a problematização comunicacional dos processos culturais, sociais, econômicos e políticos; para o estudo da complexidade social e da heterogeneidade cultural da realidade, a partir de imagens e imagens em movimento; para o compartilhar de conhecimentos construídos e materiais elaborados, em pesquisa de campo, com os sujeitos pesquisados, a fim de que eles se apropriem disso, para incorporar, resistir ou transformar sua realidade; e, para as complexas relações de objetivação e subjetivação, de aproximação e distanciamento, entre o pesquisador e seu objeto de estudo – sobre o qual, tanto a ciência quanto o senso comum elaboram sentidos.

Estudamos, para tanto, o documento do primeiro programa e plano de ensino da matéria de Antropologia da Comunicação, criada na ECA/USP, em 1970,

<sup>1</sup> Os resultados desta pesquisa foram discutidos no Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.

pelo próprio Egon Schaden – diplomado em Filosofia (1937), pela USP, onde teve Lévi-Strauss como um de seus professores. Entre 1950 e 1967, Schaden já havia contribuído para consolidar os estudos de Antropologia, da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Antes disso, havia ainda atuado como assistente do professor Emilio Willems, criador da cátedra de Antropologia na FFLCH/USP, em 1941 (PEREIRA, 1994).

No percurso da pesquisa, investigamos, também, a obra de Egon Schaden. Em especial, o texto *A Perspectiva Antropológica da Comunicação*, inserido no programa do curso de Antropologia da Comunicação, da ECA/USP, de 1970; o texto *A Antropologia da Comunicação e a Cultura Eurotropical do Brasil*, que consta na publicação *Contribuição Paulista à Tropicologia*, editada pela Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros, em 1974; e, o texto *Cultura e Comunicação*, da publicação *Problemas Brasileiros*, de 1977.

Coletamos dados, ainda, junto a professora Solange Couceiro de Lima, que foi assistente de Schaden, e o sucedeu no CCA/ECA/USP, de 1972 a 2012. Couceiro atuou como docente de Antropologia da Comunicação (durante as décadas de 70 e 80) e de Antropologia Cultural (implementada na metade da década de 80). A professora graduada em História (1968), mestre em Antropologia (1971) e doutora em Ciências da Comunicação (1984), todos os títulos pela Universidade de São Paulo, fora nossa orientadora ao longo dos estudos de Mestrado e Doutorado, na ECA/USP.

No período de 1977 a 1987, o professor Marco Antônio Guerra – licenciado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971); mestre (1977) e doutor (1984) em Artes, pela USP – compartilhou as mesmas matérias com Couceiro, contribuindo com o desenvolvimento dos planos de ensino.

É relevante registrar que o programa e plano de ensino da matéria de Antropologia Cultural, do CCA/ECA/USP, também integrou nossa amostra. Para identificar as contribuições antropológicas para os estudos de comunicação, e desenvolver a análise dos dados que levantamos nessa pesquisa, esse material foi especialmente relevante, pois, nos apropriamos bastante dele uma vez que lecionamos a matéria de Antropologia Cultural, entre os anos de 2004 e 2009, para nove turmas, na mesma Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo.

Na época, cultivamos um diário de campo sobre as elaborações estabelecidas em sala de aula, e coletamos dados junto aos estudantes de três turmas do período matutino e seis turmas do período noturno. A matéria, oferecida no Centro de Comunicações e Artes, da ECA/USP, era obrigatória para o curso de Relações Públicas; estava aberta como optativa para todos os cursos da USP – inclusive, outros da área de Comunicação; estava disponível também para alunos da terceira

idade e para estudantes estrangeiros intercambistas. Dos 112 estudantes que contribuíram com a pesquisa, 5 eram da terceira idade, 1 da Engenharia Elétrica, 1 da Química, 1 da História, 1 das Ciências Sociais, 1 da Economia, 3 do Jornalismo, 2 da Publicidade, 1 da Biblioteconomia, 1 de Editoração, 1 do Peru, 2 da França e 1 do Japão, que não concluiu a matéria em razão do desafio representado pela língua, e 91 de Relações Públicas. As regularidades e especificidades encontradas nas contribuições dos estudantes ampararam o recorte proposto neste artigo e a seleção de aspectos que compreendemos como relevantes na sua formação e nos estudos em que o objeto é construído a partir do campo da comunicação.

Essa experiência passou a ser parte constituinte de nossa formação e atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Com formação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), deixamos uma faculdade recém iniciada em Ciências Sociais (UFSM) e um trabalho como jornalista da Rede Brasil Sul (RBS), para nos mudarmos para São Paulo e nos dedicarmos de forma exclusiva à pós-graduação stricto sensu na ECA/ USP. Com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), realizamos o Mestrado e o Doutorado em Ciências da Comunicação, na área de Interfaces Sociais da Comunicação, na linha de pesquisa Comunicação e Cultura. Cursamos matérias, como Teorias Antropológicas Clássicas e Antropologia Urbana na pós-graduação da Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas (FFLCH), da USP. E tivemos a oportunidade de estabelecer reflexões sobre o repertório teórico-metodológico da Antropologia no campo da Comunicação – a partir das demandas para o desenvolvimento da dissertação e da tese de doutorado, somadas à pesquisa para a lecionar Antropologia Cultural, mais o levantamento que realizamos em sala de aula.

Em 2010, a matéria de Antropologia Cultural começou a ser ministrada pelo professor Ricardo Alexino Ferreira – formado em Jornalismo (1986), mestre (1993) e doutor (2001) em Ciências da Comunicação, pela USP. Com a criação do curso de Educomunicação, em 2011, a matéria passou por várias transformações e foi renomeada como Comunicação, Culturas e Diversidades Étnico-Raciais.

Os achados da pesquisa até então revelaram premissas, hipóteses, questionamentos, conceitos e argumentos que se apresentam férteis nos estudos de comunicação, e, potencialmente, educomunicação. Há, entretanto, a necessidade de delimitar essas contribuições e identificar mais elementos sobre se e como ocorre a apropriação original delas no campo da Comunicação. Nesse sentido, começamos expondo a hipótese de que a comunicação funda a vida social, de Lévi-Strauss, e, em seguida, abordamos o pioneirismo de Egon Schaden na criação da disciplina de Antropologia da Comunicação, na ECA/USP. Prosseguimos considerando as contribuições da Antropologia Visual e Compartilhada para a

formação do comunicador, para a pesquisa no campo da Comunicação e para possíveis práticas educacionais. E, então, suscitamos as contribuições da perspectiva antropológica para pensar a relação sujeito-objeto na pesquisa de campo em Comunicação.

## **2 I DA HIPÓTESE DE QUE A COMUNICAÇÃO FUNDA A VIDA SOCIAL, DE LÉVI-STRAUSS, AO PIONEIRISMO DE EGON SCHADEN NA CRIAÇÃO DA DISCIPLINA DE ANTROPOLOGIA DA COMUNICAÇÃO NA ECA/USP**

De acordo com Egon Schaden (1974, p. 127-147), no século XX, diversos antropólogos dedicaram-se de alguma maneira especificamente aos estudos dos processos de comunicação, cada qual a partir de seu posicionamento teórico. Dell Hymes Hathaway (1927-2009) partiu de uma etnolinguística para uma etnografia da comunicação, Claude Lévi-Strauss (1908-2009) reduziu sua antropologia estrutural a uma ciência da comunicação, Abraham Moles (1920-1992) aplicou a cibernética ou a teoria dos sistemas gerais ao estudo da mensagem cultural, Edward Twitchell Hall Jr. (1914-2009) procurou demonstrar que a própria cultura é comunicação e que a comunicação é cultura, e Jean Cazeneuve (1915-2005) usou critérios antropológicos e sociológicos para interpretar mudanças culturais e estabelecer o papel do rádio e da televisão nos cenários estudados.

Dessas contribuições, destacamos uma das hipóteses de Lévi-Strauss (1950 e 1982) que tem um potencial elucidativo para os estudos de Comunicação, e que é convergente com a perspectiva do próprio Schaden (1974 e 1977). Diante do questionamento sobre o que funda a vida social, presente de um modo ou de outro nos esforços intelectuais de pesquisadores que vão da década de 60 do século XIX à década de 60 do século XX. E, para o qual, por exemplo, Karl Marx (1818-1883) ofereceu como resposta que a categoria fundante da vida em sociedade é o trabalho. Enquanto Sigmund Freud (1856-1939) afirmou que a categoria fundante da vida social é a repressão sexual. Depreendemos que a resposta de Lévi-Strauss para o que funda a vida social é a reciprocidade, principalmente as trocas de bens, símbolos e pessoas.

Nesse sentido, entendemos que essa indagação transversal na área das Ciências Humanas também marca os estudos de Comunicação via Lévi-Strauss (1950 e 1982), que chega à ideia de reciprocidade, partindo de uma análise sobre o incesto. Ao pensar acerca do elo entre a cultura e a natureza, Lévi-Strauss (1982) acredita que o tema do incesto é um lugar privilegiado para pensar essa passagem da natureza para a cultura porque o incesto é a própria condição de passagem, não estando presente nem em uma e nem na outra. Assim, apropriando-se de Marcel Mauss (1872-1950), Lewis Henry Morgan (1818-1881) e William Halse Rivers Rivers, ele insere-se num debate com Freud e argumenta que diante de leis universais

estamos no domínio da natureza, e que diante de regras particulares estamos no domínio da cultura.

Para Lévi-Strauss (1982), nesse contexto, o incesto localiza-se tanto no plano das regras particulares, quanto é uma regra que está em toda a parte (também é universal): povos diferentes vão explicar a proibição de modos diversos; assim, a proibição é geral e o que se proíbe é que é particular. Por isso, para ele, a proibição do incesto é uma expressão de algo mais elementar, o princípio da reciprocidade, porque essa proibição nos empurra para a troca, nos empurra para o outro, é o que nos obriga a sair de casa, a sair de uma cultura em direção a outras. Nesse sentido, Lévi-Strauss (1982) estuda em diversas dimensões as sociedades em que, além da proibição do incesto (universal), há a formulação de um conjunto particular de prescrições matrimoniais, as chamadas estruturas elementares.

E o que é possível depreender de seu trabalho (LÉVI-STRAUSS, 1982), e que nos interessa especialmente, é que para ele a vida social seria fundada na ideia de reciprocidade em toda a parte e, de acordo com essa perspectiva, as trocas poderiam se dar em diversas modalidades: na dimensão econômica, há a troca de bens; na dimensão da linguagem, há a troca de símbolos e na dimensão do parentesco, há a troca de cônjuges. De acordo com essa leitura, o próprio parentesco é uma modalidade de troca, e o que funda e configura a vida social é a troca em si, o intercâmbio. Além disso, ao reelaborar o conceito de fato social proposto por Mauss, Lévi-Strauss (1950) nos explica que para estudarmos a vida social e cultural precisamos nos preocupar menos em isolar, para fins de análise, sistemas econômicos, políticos, jurídicos ou ideológicos, e sim nos esforçar para integrar todos esses aspectos em termos de práticas sociais, cujas múltiplas dimensões se unificam pela significação.

Tal como depreendemos, a atenção que Lévi-Strauss dá aos processos de significação, assim como o posicionamento dele sobre o que funda a vida social, é o que leva Schaden (1974 e 1977), bem como Rodrigues (2009), a entenderem que esse princípio da reciprocidade do qual ele fala, na verdade são os próprios processos de comunicação. Se observarmos também o que Lévi-Strauss (1970) expõe em *Raça e História*, para ele é a própria comunicação intercultural que se dá por meio da coalizão entre as diferentes culturas (de modo colaborativo ou forçado, visto que essas trocas de bens, símbolos e pessoas não estão vazias de tensões e conflitos) a responsável tanto pela manutenção dos contornos culturais e sociais, quanto pelo que pode ser entendido como progresso e enriquecimento (cultural, social, tecnológico, etc.) de todas as formas sociais e culturais assumidas pela humanidade.

Como sinalizamos, consideramos que essa hipótese de Lévi-Strauss se aproxima da perspectiva de Egon Schaden, que ficou conhecido no Brasil pelos

seus estudos antropológicos acerca das populações indígenas e que, tal como compreendemos, foi um pioneiro nos estudos dos processos de comunicação numa perspectiva antropológica quando levou o repertório teórico da Antropologia para a área de Comunicação, e quando constituiu, em 1970, a disciplina de Antropologia da Comunicação, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Com isso, a ECA/USP foi a primeira universidade do mundo a incluir em seu currículo um curso com o título de Antropologia da Comunicação (de acordo com Schaden, 1974:129). Esse curso fez parte de sua grade curricular por cerca de duas décadas – inicialmente como disciplina obrigatória, e mais tarde, como disciplina optativa. Quando o curso deixou de fazer parte dessa grade, sua bibliografia foi incorporada em boa medida pela disciplina de Antropologia Cultural – que também já integrava o currículo da Escola desde a metade dos anos oitenta. A sucessora de Egon Schaden no ensino e pesquisa de Antropologia da Comunicação na ECA/USP foi Solange Couceiro de Lima – entre lecionar essa disciplina e a de Antropologia Cultural, ela colaborou por cerca de quatro décadas com o campo da Comunicação, enriquecendo essa área com a perspectiva das teorias e metodologias antropológicas. Nesse sentido, destacamos que foi especialmente fértil o período entre 1977 e 1987, quando essas disciplinas foram ministradas por ela em parceria com Marco Antônio Guerra. No programa inicial da disciplina de Antropologia da Comunicação, Schaden (1970: 2) dizia que:

Qualquer fenômeno de comunicação deve ser encarado em termos de realidade cultural. Somente em face aos processos culturais é possível chegar-se a uma explicação científica do processo de comunicação, pois toda mensagem adquire o seu verdadeiro sentido com referência ao sistema cultural ou aos sistemas culturais em que se inscreve (SCHADEN, 1970: 2).

Com isso, ele posiciona os estudos dos processos de comunicação como um objeto a ser encarado pela perspectiva antropológica, e sua hipótese de trabalho era a seguinte: “a ideia subjacente é a de que se trata de compreender a existência cultural *sub specie communicationis*, sem que se chegue a pretender que sejam os termos coincidentes em seu conteúdo semântico” (SCHADEN, 1977, p: 4). Isso porque, entre outras razões, ele considera que os processos de comunicação mediados por tecnologias ou não e “vigentes nos vários povos são, em grande parte, responsáveis pelas formas que em cada um deles assume o confronto, não raro conflitante, entre a tradição e as forças inovadoras” (SCHADEN, 1977: 2), além de participarem das transformações na “visão que o grupo tem de si mesmo, a imagem de seu passado, de seu presente e de seu futuro e das coisas que constituem o mundo em que vive” (SCHADEN, 1977: 2).

Para concretizar essa hipótese de trabalho, tal como depreendemos, Schaden

propunha em sua disciplina que se estudasse os processos culturais e sociais plasmados aos processos de comunicação. Para delimitar seu objeto, ele aponta que “Há toda uma Antropologia do livro e do jornal a ser elaborada, assim como nos falta uma Antropologia do teatro, do cinema, do rádio e da televisão” (SCHADEN, 1974:132). Além disso, aponta também que é preciso estudar as formas sociais:

(...) da etiqueta e da ritualização do comportamento em geral; dos folguedos e de quaisquer manifestações lúdicas e agonísticas; dos mecanismos de sanção social (o ridículo e suas modalidades, etc.), das fontes de prestígio e desprestígio, da caricatura social expressa em ditos e adágios, em piadas e anedotas, nas canções populares e de carnaval, nos versos de desafios, na literatura de cordel. E assim por diante. (...) Com a diferença que os fenômenos seriam encarados sempre *sub specie communicationis*, da comunicação através da cultura (SCHADEN, 1977: 144-145).

É válido registrarmos, ainda, como o autor entende o valor prático de uma Antropologia da Comunicação no Brasil, tal como ele trabalhava essa noção:

(...) encontrar o melhor uso a ser feito dos modernos e tão poderosos meios de comunicação, (...). Para que as influências, cada vez mais fortes, da imprensa, e mais ainda, do cinema, do rádio e da televisão não se façam sentir somente como mensagens de técnicas e ideias oriundas de contexto estranho. (...) Para que descubramos as energias latentes que existem na própria cultura e as ativermos com o intuito de conseguir que através delas, e não de forças vindas de fora, se produzam as necessárias transformações. (...) Ao contrário do que possa parecer, não há nada de patético nesta maneira de discutir o problema. Nem seria necessário. A fria razão nos leva a compreender o seu alcance (SCHADEN, 1977: 145).

Compreendemos que o programa da matéria de Antropologia da Comunicação, e a articulação conceitual proposta nele, assim como, em boa medida, a obra de Egon Schaden e sua atuação na Escola de Comunicações e Artes expressam o objetivo de formar o comunicador como aquele que atua a partir das mídias para transformar a realidade. Schaden está preocupado com a dimensão comunicacional dos processos culturais e das relações sociais, e considera que há assimetrias nas relações de poder que medeiam os fenômenos comunicacionais. Assim, ele direciona esforços para que o comunicador formule questionamentos que contribuam para explicar e compreender tais processos, relações e fenômenos.

### 3 | AS CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA VISUAL E COMPARTILHADA PARA A FORMAÇÃO DO COMUNICADOR, PARA A PESQUISA NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E PARA POSSÍVEIS PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS

Pelo que apuramos os estudos de Antropologia Visual e Antropologia Compartilhada foram introduzidos na formação dos estudantes da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, por Marco Antônio Guerra e Solange Couceiro de Lima, entre 1977 e 1987, quando trabalharam juntos ministrando as disciplinas de Antropologia da Comunicação e Antropologia Cultural.

Em Antropologia, a fotografia e as imagens em movimento podem ser utilizadas tanto como “objeto” de pesquisa, quanto como “instrumento” de pesquisa etnográfica partindo do pressuposto de que enquanto “produtos simbólicos interferem na dinâmica social, são parte do processo pelo qual as culturas tanto podem ser homogeneizadas e descaracterizadas quanto estimuladas a recuperar o seu potencial criador” (MENEZES, 1984: 28).

De um lado, como objeto de pesquisa, a Antropologia atenta para o fato de a produção simbólica das mídias, “inclusive *soap operas*, filmes, performances musicais, e notícias e documentários” (SALZMAN, 1996: 356), ser preponderantemente acessível além das fronteiras culturais em que é produzida, de um país para outro, de um grupo étnico pra outro, de países e regiões mais industrializadas para as menos, considerando em seus estudos portanto, tal como depreendemos, as semelhanças e as diferenças culturais, os empréstimos e a resistência nesse processo, compreendendo os processos de significação a partir dos contextos diversos.

De acordo com Freire (1987: 21-22), os antropólogos debruçaram-se sobre as narrativas audiovisuais com caráter documental ou não, pela possibilidade que elas têm de perenizar “a fugacidade de um sem número de manifestações humanas”, bem como pela sua “importância historiográfica”. Nesse sentido, ele aponta que mesmo “filmes de propaganda colonialista e documentários vendedores de exotismo”, ou “filmes americanos série B e C” devem ser estudados à luz da perspectiva antropológica e histórica. Alguns antropólogos estudaram inclusive a televisão. Nessa linha, Salzman (1996) chama nossa atenção, por exemplo, para o trabalho de Conrad Phillip Kottak (1942) sobre as telenovelas brasileiras, *Prime Time Society: An Anthropological Analysis of Television and Culture* (1990).

De outro lado, de acordo com Milton Guran (1984), a Antropologia Visual pode ser considerada como:

A adequação da linguagem fotográfica e cinematográfica às necessidades da pesquisa antropológica, assumindo a função de um instrumento sistemático de investigação, e também de um

recurso para demonstração das conclusões, com discurso próprio (GURAN,1984: 66).

Desse modo, mais do que valor ilustrativo, o registro visual ou audiovisual pode se constituir como um dado antropológico. Evidentemente, para estudar as culturas fazendo registros visuais dela, é preciso articular os princípios teóricos e metodológicos da Antropologia com o uso dos meios de registro de imagem e som. Quando os registros visuais são utilizados como “instrumento” de pesquisa, por exemplo, vem à tona “um problema de seletividade (o que filmar, como filmar) ligado à discussão que opõe empirismo (visão positivista do mundo) a uma proposta de análise hermenêutica da realidade” (MENEZES, 1984: 27). Para superar esse problema, é interessante a apropriação que a Antropologia Visual faz de Geertz, a fim de que “se detecte o ‘texto’ existente em cada cultura particular, do qual existem versões que poderão ser contrastadas e comparadas através de formas simbólicas facilmente observáveis” (MENEZES, 1984: 27).

Nesse sentido, é relevante destacar o trabalho realizado por Gregory Bateson e Margaret Mead, *Balinese Character* (1936-1939) – para estudar o povo balinês a partir do registro fotográfico. Eles observaram diretamente, por meses a fio, as maneiras de ser desse povo dentro de uma perspectiva da Antropologia tradicional – de acordo com Samain e Sôlha (1984: 6). É relevante destacar também os trabalhos de Jean Rouch, realizados principalmente na África, como *Les maîtres fous* (Gold Coast, atual Gana, 1955), *Moi, un noir* (Costa do Marfim, 1958) e *Jaguar* (Gold Coast, atual Gana, 1967). Jean Rouch defendeu a ideia de que “através da subjetividade chegaremos à objetividade científica. Esta vai ser testada e comprovada no momento em que o filme é projetado para os que foram retratados” (MENEZES, 1984: 27). De modo que “Retoma-se assim a relação entre cinema e audiência anunciada por Canudo, que enfatiza que o contexto no qual um filme é exibido e analisado: dependendo da problemática vivida por uma comunidade esta pode identificar-se com o resultado fílmico ou rejeitá-lo” (MENEZES, 1984: 27).

Com isso, funda-se em Antropologia Visual uma noção que ficou conhecida como “Antropologia da Devolução” ou como “Antropologia Compartilhada”, nas palavras do próprio Jean Rouch, tal como exposto no audiovisual JEAN ROUCH: Subvertendo Fronteiras (FERRAZ, CUNHA, MORGADO, SZTUTMAN, 2006). Esse tipo de trabalho antropológico constitui-se como “novo modelo de ação”. Tal como compreendemos, um de seus objetivos é exibir as representações dessas culturas estudadas, construídas ao longo da pesquisa de campo em fotografias, filmes ou vídeos, para os povos que ali foram retratados, a fim de partilhar com eles não só os registros visuais, mas os próprios resultados finais ou parciais da pesquisa e, nesse momento, aprofundar o trabalho conhecendo o que eles pensam sobre isso tudo, como se vêem, o que pensam sobre o modo como são vistos pelos outros (que pode

ser o próprio antropólogo), o que é relevante para o seu cotidiano no que ali está representado e o que não é, etc. Desse modo, a “Antropologia Visual pode contribuir a um redimensionamento de campos aparentemente mais abstratos da Antropologia em geral, tais como parentesco, a política, a economia, a organização social e até o campo das ideologias” (SAMAIN e SÔLHA, 1984).

Além disso, a noção de Antropologia Compartilhada também “visa contribuir para a instrumentalização destas populações no uso de recursos visuais de modo a formar índios, camponeses e operários como realizadores” (MENEZES, 1984: 28), a fim de que possam reafirmar sua identidade diferencial frente à totalidade social. Nesse sentido, destacamos entre outros o trabalho de Terence Turner realizado no Brasil, *Kaiapó Indians of Brazil* (1992) e seu texto *Defiant Images: The Kaiapo Appropriation of Video*, publicado na revista *Anthropology Today*. Ao longo de seu trabalho de campo, Turner facilitou o uso do vídeo pelos índios Kaiapó.

Destacamos a inovação de alguns trabalhos de Jean Rouch, como *Moi, un noir* e *Jaguar*. A fim de fazer que os africanos tivessem voz e vez nesses filmes, ele convidou as pessoas que participavam de sua pesquisa, principalmente migrantes que vieram das zonas rurais para as cidades, para que dramatizassem suas próprias histórias. Desse modo, eles se tornaram também autores e personagens que, ao longo da filmagem, criavam e trocavam de papéis. Ao fazerem isso, nos permitiram compreender como viam sua própria realidade, quais eram seus sonhos e expectativas – inclusive em alguns momentos, pelo contraste entre seu cotidiano e o rumo que as histórias que escolheram interpretar tomavam.

Além disso, esses trabalhos revelavam como eles articulavam noções tradicionais e modernas em seu cotidiano. Nesse sentido, é válido registrarmos como o conceito de *fictio* é entendido em Antropologia. De acordo com Geertz (1978: 26), *fictio* não é uma oposição ao real. Para ele, tanto aquilo que é contado por um “informante” em campo é uma *fictio*, quanto obras como *Madame Bovary*. De acordo com essa perspectiva, tal como entendemos, as narrativas ditas ficcionais, como qualquer outra, são modeladas numa cultura e assim se constituem como uma das possíveis representações dela.

Com a abordagem da Antropologia Compartilhada, entendemos que o registro visual, que começou a ser utilizado em Antropologia para preservar aspectos das culturas nativas ameaçadas pelas frentes de colonização, na forma de fotografias de salvamento e filmes memória, foi assumindo um caráter mais amplo e rico nas pesquisas antropológicas, pelo seu potencial de compreensão da realidade e pelo seu potencial de transformação dela. Apontamos ainda que, tal como depreendemos, à etapa da pesquisa em que são apresentadas para a amostra representações de sua cultura na forma de registros visuais, a fim de aprofundar o trabalho de campo e conhecer as suas produções de sentido acerca desse material, identificando

ainda os possíveis contrastes entre o que eles consideram ser a sua realidade e a identidade que lhes foi atribuída nessas representações, Collier (1973) chamou de “entrevista projetiva”, em seu próprio trabalho de campo.

Collier (1973) descreve como as imagens e principalmente a fotografia pode ser utilizada para o avanço do conhecimento científico em diversas áreas, especialmente em Antropologia, quando combinada com a observação participante, a fim de descrever a interação social, as estruturas de poder em uma comunidade, a proximidade e o distanciamento social, os usos da tecnologia, entre outros aspectos. Ele entende que as imagens, especialmente as fotográficas, podem se constituir como uma evidência não verbal dos processos sociais e culturais, de modo que em seu trabalho faz o esforço de explicar as operações metodológicas que envolvem o uso da imagem numa pesquisa antropológica, explorando suas diversas possibilidades e apresentando inúmeros exemplos de pesquisa de campo.

Especialmente, é relevante o momento em que Collier (1973) descreve num plano metodológico mais definido – e dentro dos limites teóricos da Antropologia Visual e das noções de um fazer antropológico de modo compartilhado – como entrevistar com fotografias leva ao avanço do trabalho de campo. Nesse sentido, tal como depreendemos, Collier (1973) reitera que quando um grupo observa representações visuais feitas sobre ele, de sua vida cultural e social, a entrevista se torna menos formal, não linear e mais aberta, ele pode partilhar mais de seu próprio conhecimento sobre esses aspectos, renovar o seu conhecimento, contestar essas representações, atribuir outros sentidos às atitudes e valores retratados ali, bem como aos processos de transformação social e cultural representados nesses registros pelo olhar do “outro”.

Entendemos que Solange Couceiro de Lima e Marco Antônio Guerra propuseram a formação em Antropologia Visual e Antropologia Compartilhada, por meio dos programas das matérias de Antropologia da Comunicação e de Antropologia Cultural. Com isso, viabiliza-se que os comunicadores apurem o olhar para a construção de conhecimento sobre a vida social, cultural, econômica e política, também, por meio de processos e produtos de comunicação não-verbal mediados por tecnologias, como a fotografia e as narrativas audiovisuais. É válido ressaltar que as pesquisas e o ensino de Antropologia Visual e de Antropologia Compartilhada visam uma maior participação daqueles que são estudados na própria construção do conhecimento científico, que deve servir em primeiro lugar para eles.

Sinalizamos que essa é uma dimensão da Antropologia Visual que pode ser especialmente útil para o campo da Comunicação, principalmente na área de Educomunicação. Depois de mais de uma década como um projeto que agregou esforços de pesquisa, ensino e extensão, o primeiro curso de graduação com esse

nome, pelo que nos consta, foi instituído na ECA/USP, em 2011, no Departamento de Comunicações e Artes, sob a chefia de Ismar de Oliveira Soares. A Educomunicação visa a educação para os meios de comunicação atuais, ou seja, tanto os exercícios do ver, ouvir e ler confrontados com a heterogeneidade cultural e com a complexidade social da realidade contemporânea, quanto a formação de realizadores nos mais diversos contextos.

#### **4 | A COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL A PARTIR DOS SABERES ANTROPOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS, EM ESPECIAL, AS CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA CULTURAL**

Os processos de comunicação intercultural mediados e intensificados pelos meios de comunicação demandam estudos à luz do conceito contemporâneo de cultura, considerando a ruptura com a ideologia da civilização x barbárie e a ruptura com o evolucionismo cultural. Para tanto, é basilar refletir sobre a revisão crítica que o campo da Antropologia estabelece acerca dessas questões. A concepção contemporânea sobre as culturas, por exemplo, pode ser apresentada em parte na definição de um luminar da Antropologia Cultural, Clifford Geertz (1978:15):

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Evidentemente, essa definição não comporta todos os aspectos que envolvem os estudos sobre as culturas, como sua dimensão política traduzida em ideologias e as tensões e conflitos decorrentes disso – nesse sentido, o próprio Geertz aponta que é por meio da “ação social (...) que as formas culturais encontram articulação” (1978:27) e também que a análise cultural não pode perder de vista o “contacto com as superfícies duras da vida – com as realidades estratificadoras políticas e econômicas, dentro das quais os homens são reprimidos em todos os lugares – e com as necessidades biológicas e físicas sobre as quais repousam essas superfícies” (Geertz, 1978:40). Assim, o estudo das culturas precisa “treinar” suas análises em relação a essas realidades. Uma vez considerados esses aspectos, essa definição torna-se chave para imergirmos no que consideramos ser em alguma medida a cultura do outro e procurarmos compreender a partir dela como se dão os processos de significação, inclusive as apropriações e usos dos meios de comunicação de massa – seja em outras sociedades que não a nossa ou no interior de nossa própria sociedade.

A fim de nos aprofundarmos acerca dessas contribuições que podem ser percebidas no campo da Comunicação de modo mais ou menos pronunciado, a partir de apropriações diretas ou por meio de outras correntes teóricas convergentes como os próprios Estudos Culturais que abordaremos em seguida, é preciso dizer que a concepção contemporânea das culturas, e mesmo o desenvolvimento de metodologias de pesquisa relacionadas a ela, se devem aos esforços constantes da Antropologia para estudar a diversidade cultural, um tema central para compreendermos a realidade contemporânea, bem como para a concretização dessa tese.

Ao falarmos na concepção contemporânea sobre as culturas, que se configurou com a colaboração da Antropologia, consideramos necessário contextualizar alguns outros aspectos. A produção de conhecimento sobre as diversas culturas começou mesmo antes de a Antropologia configurar-se como disciplina no século XIX, e mesmo antes do consenso em torno do que caracterizaria a espécie humana. Principalmente os relatos de viagem do século XVI em diante podem ser tomados como exemplo para apontarmos que o conhecimento produzido neles sobre a diversidade cultural da espécie humana refletia a ideologia da civilização *versus* barbárie, na qual se alicerçava a visão de mundo daquela época – a partir dessa ideologia, os europeus chegaram a questionar o estatuto de humanidade de outros povos cujas manifestações culturais eram muito distantes das suas, considerando que o *outro* (chamado principalmente pelos europeus de bárbaro ou selvagem) era o oposto deles mesmos, “os civilizados”.

É interessante ressaltar que o termo bárbaro surgiu ainda na Antiguidade e foi utilizado na cultura grega, e mesmo na greco-romana, para denominar todos que se distinguiam dela, que estavam de fora do que era considerada a única forma de vida civilizada. Tal como apontam Lévi-Strauss e Laplantine, os europeus também empregaram bastante esse termo, no mesmo sentido, e a partir do século XVI utilizaram ainda o termo selvagem para rejeitar a humanidade daqueles que se distinguiam principalmente do modo de vida da sociedade e da cultura europeia – o selvagem era preponderantemente considerado como aquele *outro* nativo da floresta ou muito próximo do gênero de vida animal, em oposição ao que era considerado humano ou civilizado.

De acordo com François Laplantine (1991:37-62), depreendemos que as mudanças de contexto histórico foram se refletindo nos mais variados relatos construídos sobre *outro* (no caso, o não europeu). Entretanto, a ideologia a partir da qual esses relatos continuaram a ser construídos seguiu sendo a mesma por muito tempo. Inicialmente, o “selvagem” era visto como “mau”, em oposição ao civilizado (que era visto como “bom”). Preponderantemente, os europeus acreditavam que para o “selvagem” não havia futuro, uma vez que eram como animais. Por outro

lado, mantendo esse maniqueísmo, em algum momento considerou-se também que esses “selvagens” poderiam “evoluir” por meio da ação administrativa ou missionária, ou seja, acreditava-se que seria possível torná-los mais parecidos com o “civilizado”. Mais adiante, com a influência de Rousseau e a concepção de que o homem é bom por natureza, mais as críticas feitas às ideias de solidão, anonimato e progresso que caracterizavam a vida civilizada, esses relatos inverteram os polos em torno do que era considerado “bom” ou “mau”. Entretanto, não deixaram de ser maniqueístas ao apresentarem o selvagem como “bom” (em decorrência do saudosismo da ingenuidade original ou do estado de natureza, criou-se o estereótipo da bondade gratuita do selvagem) e o civilizado como “mau”. Principalmente do século XVI ao século XVIII, o conhecimento sobre a diversidade cultural da humanidade foi visto preponderantemente à luz desse pensamento maniqueísta, servindo de base para o desenvolvimento de ideologias de cunho racista e levando à criação de diversos estereótipos (como o negro-objeto, o índio-ingênuo ou o esquimó-hospitaleiro) cujas consequências ainda reverberam na atualidade.

De acordo com Laplantine (1991:63-74), é no século XIX que a Antropologia se instaura como disciplina, e ao estudar as diferentes culturas sob uma perspectiva científica, adotando uma abordagem historicista, começam seus esforços para romper com essa visão de mundo fundada na ideologia da civilização *versus* barbárie. Nessa época, a Antropologia procura explicar a diversidade cultural da espécie humana a partir do evolucionismo cultural, um teoria anterior ao evolucionismo biológico de Darwin. A hipótese era a de que existe uma “espécie humana idêntica” (algo novo para a época, e preponderantemente divergente do modelo anterior) e que, embora os diferentes povos possam se desenvolver em ritmos desiguais, todos passam pelas mesmas etapas a fim de alcançar o nível final da evolução, que é a civilização (entretanto, o conceito de civilização ainda se “traduzia” no modo de vida europeu). Nesse sentido, entre outros autores, Morgan apontou que há três estágios de evolução que podem ser percebidos no desenvolvimento da humanidade – a selvageria, a barbárie e a civilização –, e Frazer indicou que ela passa por etapas sucessivas, da magia à religião, e da religião à ciência.

Assim, com o evolucionismo cultural, as diferenças culturais que podiam ser percebidas na espécie humana não eram mais explicadas como consequência de predisposições congênitas (ou seja, a perspectiva do evolucionismo cultural era preponderantemente antirracista). A diversidade cultural passou a ser explicada de modo mais pertinente como resultado de condições técnicas e econômicas. Entretanto, essa ainda era uma explicação eurocêntrica que considerava todos os outros modos de vida atrasados em relação ao modo de vida europeu, tanto que mensurava-se o descompasso dos outros povos a partir dos valores considerados importantes na cultura e na sociedade europeia: a produção econômica, a religião

monoteísta, a propriedade privada e a família monogâmica.

Sendo assim, o *outro*, que era considerado bárbaro ou selvagem até o século XVIII, passou a ser tido como “primitivo”, isto é, o ancestral do civilizado – com isso, a Antropologia passou a estudar as chamadas “sociedades primitivas”, ligando-se ao conhecimento da nossa origem. Ocorre que considerar os povos não europeus como atrasados significa acreditar que eles ficaram estacionados na história, enquanto apenas os europeus teriam sido capazes de acumular o capital cultural e tecnológico. Ou seja, embora essa seja uma abordagem historicista, ela é eurocêntrica, e por desconsiderar que a totalidade da espécie humana participa do processo histórico, ela exclui dele os outros povos. Algo inconcebível e portanto insustentável. Tal como demonstra Claude Lévi-Strauss (1970:231-269), em seu texto clássico *Raça e História*, ao argumentar que a história é sempre cumulativa, em todas as formas sociais e culturais assumidas pela humanidade. Além disso, com a Revolução política francesa, a Revolução industrial inglesa e, especialmente, com o Tratado de Berlim, que em 1855 partilhou a África entre as potências europeias, pondo fim às soberanias africanas, o evolucionismo cultural configurou-se logo como a justificação teórica de uma prática que se tornaria dominante: o colonialismo.

No século XX, a Antropologia revisou suas bases epistemológicas, principalmente refutando a ideologia da civilização *versus* barbárie, criticando o evolucionismo cultural e sua vinculação ao colonialismo, posicionando-se contra todas as formas de racismo e assumindo uma postura crítica em relação ao etnocentrismo – no que o texto *Raça e História*, de Lévi-Strauss (1970), foi bastante relevante como marco teórico.

O ano de 1970 é a data em que o texto *Raça e História* foi publicado pela primeira vez no Brasil como parte do livro *Raça e Ciência*, que consiste na compilação de trabalhos de vários autores que estudaram a questão racial sob diversas perspectivas (atentando para questões antropológicas, sociológicas, psicológicas, biológicas, entre outras). Com o final da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) agregou os esforços de diversos pesquisadores, inclusive no Brasil, a fim de aprofundar o conhecimento científico sobre a questão racial em todas as suas dimensões e demonstrar, definitivamente, que o racismo carece de qualquer embasamento científico – ou seja, o objetivo era combatê-lo no campo da ciência e não apenas no campo ideológico. De modo que os trabalhos apresentados nesse livro refletem em grande medida os esforços e as discussões que se desenvolveram em torno desse tema principalmente entre 1950 e 1966 – muitos desses textos, ou versões deles, já circulavam no formato de brochura ao longo desse período.

Considerado esse contexto, registramos que Claude Lévi-Strauss foi um dos principais articuladores da Declaração sobre a Questão Racial, da UNESCO,

em 20/7/1950 – nessa ocasião, com os argumentos que podemos conhecer em profundidade no texto *Raça e História*, ele ofereceu uma fundamentação teórica que se tornou relevante para as ações da UNESCO: “Qual era a vantagem – como disse Lévi-Strauss – de se estabelecer que nenhum dado biológico confirmava a ideia da desigualdade entre "raças", se era permitido que a crença na desigualdade, na sua dimensão cultural, segundo a qual as sociedades não eram capazes de oferecer contribuições equivalentes para a herança comum da civilização, permanecesse intacta? A solução propagada por Lévi-Strauss consistiu em demonstrar que a habilidade para realizar progressos culturais não estava ligada à superioridade de uma sociedade em comparação a outras, mas, ao contrário disso, à aptidão de cada um para estabelecer intercâmbios mútuos com outros. Assim, ao tornar os intercâmbios a condição fundamental do progresso, “*Raça e História*” estava em perfeita harmonia com a ideologia da cooperação, cuja divulgação a UNESCO desejava promover.

“Qual era a vantagem – como disse Lévi-Strauss – de se estabelecer que nenhum dado biológico confirmava a ideia da desigualdade entre "raças", se era permitido que a crença na desigualdade, na sua dimensão cultural, segundo a qual as sociedades não eram capazes de oferecer contribuições equivalentes para a herança comum da civilização, permanecesse intacta? A solução propagada por Lévi-Strauss consistiu em demonstrar que a habilidade para realizar progressos culturais não estava ligada à superioridade de uma sociedade em comparação a outras, mas, ao contrário disso, à aptidão de cada um para estabelecer intercâmbios mútuos com outros. Assim, ao tornar os intercâmbios a condição fundamental do progresso, “*Raça e História*” estava em perfeita harmonia com a ideologia da cooperação, cuja divulgação a UNESCO desejava promover.

Para Lévi-Strauss, estabelecer que nenhum dado biológico confirma a desigualdade entre raças não era o bastante, era preciso desconstruir a crença nessa desigualdade em sua dimensão cultural, e Lévi-Strauss contribuiu para isso ao argumentar que os intercâmbios culturais são a condição fundamental para o progresso, de modo que todas as sociedades e culturas oferecem contribuições equivalentes para a herança comum da civilização. Tal como compreendemos, é nesse processo que vai se construindo a concepção contemporânea sobre as culturas, ou seja, elas preponderantemente deixam de ser vistas como resultado do capital biológico que distingue em aspectos secundários as raças humanas e como representações de diferentes estágios de um mesmo processo civilizatório. Assim, os estudos sobre a diversidade cultural distanciam-se de pressupostos em que uma cultura é considerada inferior ou superior a outra, e acabam colaborando para denunciar preconceitos e identificar estratégias de dominação e formas de resistência a elas, produzindo conhecimento também sobre as consequências

disso. Além disso, também nesse processo vão se transformando as metodologias para estudar as diferentes culturas.

Nesse sentido, apontamos que os textos de Claude Lévi-Strauss (1962:20-26) e de Kabengele Munanga (1983:151-158) explicam que a Antropologia teve seus fundamentos revistos basicamente em torno de três pontos. O primeiro é apontado por Lévi-Strauss (1962), quando ele chama a atenção para o fato de que o objeto da Antropologia tradicional, as sociedades primitivas, estava ameaçado de extinção em função do “contato natural entre as culturas” – entendemos esse como um dos fatores que levou os antropólogos a se interessarem cada vez mais em estudar a diversidade cultural no interior de sua própria sociedade, ou seja, levou à ampliação do objeto de estudo da Antropologia. O segundo também é destacado por Lévi-Strauss (1962), quando ele chama a atenção para uma mudança paradigmática na relação entre observador e observado, uma vez que o objeto de estudo da Antropologia também é considerado sujeito. Com isso, entendemos que cada vez mais a disciplina, em sua vertente cultural – a Antropologia Cultural –, distanciou-se das Ciências Naturais para poder compreender seu objeto de estudo, considerando o encontro de subjetividades no processo de construção do conhecimento científico – tal como afirmou Lévi-Strauss (1962), considerar o objeto de estudo como sujeito levou à revisão dos métodos e da finalidade do estudo antropológico.

O terceiro ponto é fundamental como marco teórico porque consiste na ruptura com o evolucionismo cultural que caracterizava a abordagem dos trabalhos antropológicos até então. Munanga nos explica que os antropólogos africanos, e depois os pesquisadores do ocidente, criticaram a vinculação da disciplina à ideologia colonial. O autor descreveu dois tipos de crítica que ocorreram nesse sentido, a “liberal” – de acordo com a qual o problema estaria nos pesquisadores ditos “colaboradores” ou “traídos”, que tiveram os resultados de suas pesquisas utilizados pelos colonizadores como justificativa para subjugar outros povos – e a “radical” – que condenava a própria disciplina, mas sem criticar suas bases epistemológicas. A partir da leitura de Munanga, entendemos que essas críticas constituíram um momento relevante na trajetória da disciplina, ainda que, para ele, elas não tenham dado conta da mudança de paradigma que se fez necessária em Antropologia. Por isso, ele apontou ainda que “a saída, segundo Schwarz, poderia ser buscada através da dialetização da tradição e da modernidade, da Antropologia e da Sociologia, do conhecimento ocidental e do saber africano” (Munanga, 1983:157).

Entendemos que nesse sentido, além do texto *Raça e História*, de Lévi-Strauss (1970:231-269) – no qual ele refuta a ideologia da civilização *versus* barbárie, distingue raça de cultura, posicionando-se contra o racismo, e desconstrói as bases do evolucionismo cultural assumindo uma postura crítica em relação ao etnocentrismo –, e do texto *Interpretação das Culturas*, de Geertz (1978:13-41) –

no qual o autor propõe a descrição densa ou a etnografia como metodologia para estudar as diversas culturas, a fim de compreender os processos de significação a partir de cada contexto cultural –, são especialmente relevantes os apontamentos dos textos de Roberto Da Matta (1978:23-35), Gilberto Velho (1978:36-46) e Gilberto Velho e Eduardo Viveiros de Castro (1978:13-26).

Uma vez que a Antropologia amplia seu objeto de estudo, dedicando esforços para compreender a diversidade cultural nas chamadas “sociedades complexas”, Velho e Viveiros de Castro (1978:13-26) também colaboram para situarmos a concepção contemporânea sobre as culturas. (1978:16-19)

A cultura ergue-se como instância propriamente humanizadora (...). Este instrumento de humanização é um instrumento de comunicação. (...) o conceito de cultura assume novas dimensões quando é contextualizada no que se chama de sociedade complexa, e/ou heterogênea. Em princípio a noção de complexidade está ligada à divisão social do trabalho (...), mais segmentadora na sociedade urbana industrial contemporânea (...). Sahlins (1976) coloca que na sociedade ocidental capitalista particularmente (...), o foco da produção simbólica, i. e., cultural, se dá no nível das relações de produção, ao contrário das sociedades tribais onde o foco estaria nas relações de parentesco. (...) Isso não significa que em toda a sociedade complexa, (...), se encontre a área das relações de produção como o foco principal de produção simbólica.

Com isso, Velho e Viveiros de Castro apontam que na realidade contemporânea é preciso estudar as culturas considerando que, entre outras categorias produtoras de significados, a divisão social do trabalho é especialmente relevante. Eles (Velho e Viveiros de Castro, 1978:19) ponderam ainda que embora a noção de heterogeneidade seja mais cultural e a de complexidade mais sociológica, ambas estão vinculadas. E que não só a “divisão social do trabalho gera experiências sociais e visões de mundo altamente diferenciadas, mas a própria coexistência de grupos de origens étnicas e regionais muito variadas concorrem para a existência de várias tradições”. Nesse sentido, eles apontam ainda que a noção de *subcultura* normalmente está associada à sociedade complexa, quer esteja se falando de classe, região ou etnia, e que ela implica a abordagem do “problema da dominância” de uma cultura sobre a outra em uma sociedade estratificada. Essa concepção contemporânea das culturas incorpora, portanto, a necessidade de estudarmos a produção simbólica, atentando para as relações de poder e as ideologias implicadas nela.

## 5 | CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO NA PESQUISA DE CAMPO EM COMUNICAÇÃO

É interessante ainda a contribuição descrita por Da Matta (1978: 23-35), porque ela ilumina a postura do pesquisador das Ciências Humanas em campo. Ao revisar criticamente as metodologias de pesquisa em Antropologia, ele aponta que além de atentarmos para a subjetividade do objeto de pesquisa, não é possível negar a subjetividade do pesquisador. Isso porque, mesmo no momento em que o intelecto avança, o elemento que se insinua ao longo do trabalho de campo é o sentimento e a emoção – gerando o que ele chama de aspectos anedóticos ou românticos da disciplina, ou de *Anthropological Blues*, segundo a Dra. Jean Carter Lave –, o que contempla a própria aproximação do pesquisador com o objeto de estudo e a maneira pela qual esse relacionamento se estabelece. De acordo com o autor, esses aspectos comumente ficam restritos às reuniões de Antropologia, como se não fizessem parte da construção do conhecimento, quando na verdade deveriam ser considerados na própria realização da pesquisa, e tal como depreendemos, até como uma forma de vigilância epistemológica.

Além disso, Da Matta (1978: 23-35) aponta que quando lançamos o nosso olhar em relação a um objeto de estudo que nos parece familiar, como decorrência de sua proximidade em relação ao nosso referencial cultural (quando estudamos nossas instituições, nossa prática política e religiosa, etc.), precisamos nos distanciar, assumir uma postura de estranhamento a fim de conhecermos as especificidades do objeto – o que ele chama de *transformar o familiar em exótico*, que é o movimento contemporâneo da Antropologia que se dedica especialmente ao estudo das chamadas sociedades complexas. Assim como quando lançamos o olhar em relação a um objeto de pesquisa que nos parece estranho ou exótico, por pertencer a um referencial cultural distante do nosso, precisamos nos aproximar e buscar reconhecer o que há de familiar nele – o que ele chama de *transformar o exótico em familiar*, que marcava o movimento original da Antropologia, e segue sendo relevante quando o pesquisador estuda uma sociedade que não é a sua própria.

Sobre o movimento de *transformar o familiar em exótico* no estudo das sociedades complexas, encontramos uma discussão aprofundada no texto de Velho (1978: 36-46). O autor discute a questão da *distância*, a necessidade de manter uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho. Velho explica que as pessoas podem estar mais ou menos distantes em função de diferentes categorias culturais como idade, gênero, etnia, classe, nação ou região, e que existe ainda a distância física e a distância na comunicação verbal e não-verbal. Para ele, o que nos propomos a estudar pode ser familiar, mas não é

necessariamente conhecido, ou seja, não significa que compreendamos a lógica de suas relações e o que consideramos como exótico, estranho ou desconhecido, pode ser até certo ponto conhecido.

Velho (1978: 36-46) nos explica ainda que, nesse sentido, os estereótipos nos familiarizam com cenários e situações sociais do cotidiano e a etiqueta orienta nossas expectativas e conduta (também com base nos estereótipos) e que precisamos ficar atentos para essas estereotípias porque, ao falar de sua própria pesquisa no meio urbano, por exemplo, Velho afirma que sua inserção no sistema hierárquico da sociedade brasileira levava-o a fazer julgamentos apressados e preconceituosos e, às vezes, até por querer repelir as noções preestabelecidas, ele acabava caindo em armadilhas inversas. Para operar em campo, ele nos propõe ainda que utilizemos métodos de pesquisa ditos qualitativos, em que há o contato direto, tais como a observação participante e a entrevista aberta.

Consideramos que, ao incorporarem as reflexões de Da Matta e Velho na formação dos comunicadores, os professores Solange Couceiro de Lima e Marco Antônio Guerra, sinalizam que o estudo dos conflitos é particularmente útil em Comunicação porque, ao focalizar situações de drama social, é possível analisarmos os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, culturas ou subculturas.

## 6 I CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

I) A hipótese de que a comunicação funda a vida social, que apreendemos a partir da obra de Lévi-Strauss – quando ele fala da troca de mercadorias, símbolos e pessoas –, mais as apropriações originais de Egon Schaden acerca desse repertório, e o posicionamento de José Carlos Rodrigues, que chega a identificar Lévi-Strauss como teórico da comunicação, é tema para debate mais amplo e aprofundado na área de teoria da comunicação, suscitando questionamentos, a saber:

A afirmação de que a comunicação funda a vida social é uma premissa sustentável? Pode ser considerada uma elaboração teórica no campo da comunicação? Ou, é, de fato, uma teoria antropológica que ilumina um objeto de estudo do campo da Comunicação? Se Antropologia contribui com a Comunicação, como a Comunicação contribui com a Antropologia?

Esta problemática está inserida, claramente, em dois debates mais amplos, e, ainda em aberto: um sobre os limites e o alcance do campo da comunicação, considerando a história e sua constituição, e a pluralidade implicada no conceito de comunicação; o outro sobre o que fundamenta a vida social, um debate que não parece se circunscrever às hipóteses de Freud, Marx e Lévi-Strauss.

II) O que Egon Schaden chamou de Antropologia da Comunicação é objeto de estudo historiográfico tanto para as teorias da comunicação quanto para as

teorias antropológicas. No que concerne à teoria da comunicação, a obra de Egon Schaden constitui o que podemos chamar de posicionamento epistemológico fora do eixo clássico formado pelos Estados Unidos e a Europa, inclusive, as ideias do autor podem ser identificadas como uma contribuição ao que ficou conhecido como “tropicologia paulista”.

Certamente, o trabalho do autor é, também, objeto fértil para debate no que concerne à própria noção de “Antropologia da Comunicação”, a ideia precisa ser lida de acordo com o contexto da época, para mantermos o distanciamento crítico necessário ao nos apropriarmos das contribuições de Schaden. O desenvolvimento atual dos campos do conhecimento da Antropologia e da Comunicação, e a eventual organização disciplinar de ambos, indica que a ideia de uma “Antropologia da Comunicação” não se sustenta.

Mesmo assim, é relevante a instituição desta disciplina, na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo, como um marco histórico da incorporação de saberes antropológicos no campo da comunicação brasileiro, e na formação dos comunicadores.

III) Referências como Jean Rouch, Margaret Mead, Gregory Bateson, John Collier, Etienne Samain, Hélio Sôlha, Milton Guran, Cláudia Menezes, Marcius Freire, Conrad Phillip Kottak, Philip Salzman, às quais nos referimos nesse artigo, entre outras, que, com o intermédio de professores como Solange Couceiro e Marco Antonio Guerra, e outros mediadores, transformaram-se, em algum grau e medida, em bibliografia e videografia formadoras e férteis para os comunicadores e suas pesquisas. Entretanto, o contato dos comunicadores com esses saberes parece ser, ainda, muito limitado.

A imagem – tanto como objeto de estudo quanto como instrumento de pesquisa – é estratégica para o avanço do conhecimento científico em comunicação, daí, o diálogo possível e necessário com o que se convencionou chamar de Antropologia Visual. Em nossa tese de doutorado, por exemplo, realizamos uma apropriação original desse repertório, em diálogo com os Estudos Culturais e a Teoria da Mediações, e aplicamos a estratégia de entrevistas abertas mediadas por material audiovisual, ou seja, utilizamos as imagens em movimento mais do que como objeto de estudo, trabalhamos as imagens como instrumento de pesquisa.

Os processos de pesquisa ação, com elementos semelhantes ao que se convencionou chamar de Antropologia Compartilhada, parecem se desenvolver no campo da Comunicação a partir de outros repertórios teóricos tal como é o caso das referências ligadas à Educomunicação, no âmbito de pesquisa, no ensino pela pedagogia de projetos e na extensão comunitária. O comunicólogo realiza a devolutiva de seus achados de campo para os próprios pesquisados, ou atua em conjunto com as comunidades, construindo conhecimento a partir das demandas

próprias desses grupos, também é uma prática fértil nos estudos de comunicação – tanto na análise crítica de narrativas midiáticas quanto em práticas que facilitem e valorizem a apropriação e uso das mídias pelos próprios grupos que participam dos estudos e pesquisas.

Em ambos os casos, o estudo sobre os diálogos possíveis da Antropologia Visual e da Antropologia Compartilhada com a Comunicação precisa ser ampliado e aprofundado.

IV) As contribuições da perspectiva antropológica para pensar a relação sujeito-objeto, tal como as elaborações propostas por de Da Matta e Velho, são férteis para pensar os objetos de pesquisa do campo da Comunicação. Isso porque, as questões relativas à comunicação de massa e em rede participam da vida social, em maior ou menor grau, o que faz com que sejam objeto de elaboração de opiniões no senso comum. Portanto, ao transformá-las em objeto de estudo científico, é preciso que o pesquisador reconheça as distâncias e as proximidades culturais, sociais, econômicas, políticas e históricas com o que é estudado – sejam os enunciadores, os enunciatários, as mensagens, as mídias enquanto tecnologias, as mídias enquanto indústria cultural, ou as mediações que interpenetram os processos de comunicação.

V) Na sociedade midiaticizada, os meios de comunicação participam dos processos de comunicação intercultural e intensificam as relações socioculturais econômicas e políticas, pacíficas ou não. Este contato intercultural é atravessado por assimetrias nas relações de poder. Isso ocorre tanto entre sociedades diferentes quanto dentro da mesma sociedade, uma vez que vivemos em sociedades complexas. Ao analisar, portanto, as dinâmicas de produção, circulação e recepção dos bens simbólicos gerados com a intermediação dos meios de comunicação de massa, e em rede, é preciso considerar que os processos de produção de sentidos são atravessados por múltiplas mediações culturais e matrizes de significado, que convergem ou concorrem entre si. Nesse sentido, há diálogos possíveis entre os conceitos contemporâneos da Antropologia – em especial, a Antropologia Cultural – e os Estudos Culturais Britânicos (STUART HALL, 1999; 2006), e a Teoria das Mediações (JESÚS MARTÍN-BARBERO, 2001) – repertórios que vicejam no campo da Comunicação<sup>2</sup>.

VI) Evidentemente, não pretendemos esgotar o tema, mas é importante pontuar que ele transborda as questões discutidas neste artigo. Há a necessidade de, justamente, identificar os limites e o alcance dos saberes antropológicos em Comunicação, tanto na formação do comunicador quanto na construção de conhecimento científico em Comunicação.

<sup>2</sup> Resultados discutidos no Grupo de Trabalho Estudos em Cultura e Identidade do V SIPECOM - Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação – Epistemologia e Desafios da Pesquisa no campo da Comunicação, realizado de 15 a 17 de outubro de 2013, na UFSM.

Para isso, é preciso, de um lado, aprofundar essa pesquisa realizando uma investigação bibliométrica na produção científica do campo da Comunicação, para identificar a influência de autores, ideias, conceitos, estratégias, perspectivas e abordagens reconhecidas, em algum grau e medida, como antropológicas. De outro lado, é preciso estudar em qual grau e medida as matérias de Antropologia compõem ou compuseram as grades curriculares dos cursos de Comunicação no Brasil, e estudar os programas ou planos de ensino para identificar a participação desses saberes na formação dos comunicadores.

## REFERÊNCIAS

- COLLIER JR, J. (1973) **Antropologia Visual: a fotografia como técnica de pesquisa antropológica**. São Paulo: EPU/EDUSP.
- DA MATTA, R. (1978) **O Ofício do Etnólogo, ou como ter *Anthropological blues***. In: NUNES, E. O. (org.). *A Aventura Sociológica, Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FREIRE, M. S. (1987) **O Filme de Pesquisa. Algumas considerações metodológicas**. In: Caderno de textos. Antropologia Visual. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- GEERTZ, C. (1978) **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- GEERTZ, C. (1966) **A transição para a humanidade**. In: TAX, S. (org.). *Panorama da Antropologia*. Rio de Janeiro, São Paulo e Lisboa: Fundo de Cultura.
- GEERTZ, C. (2001) **Uma nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GURAN, M. (1984) **Fotografia e Pesquisa Antropológica**. In: Caderno de textos. Antropologia Visual. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- HALL, S. (1999) **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- HALL, S. (2006) **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. In: Sovik, L. Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HARTMAN, P. (1989) **The Mass Media and Village Life**. London: Sage Publications.
- JEAN ROUCH: Subvertendo Fronteiras. (2006) [41 min.]. Direção: Ana Lúcia M. C. Ferraz, Edgar Teodoro da Cunha, Paula Morgado e Renato Sztutman. Apoio: LISA/FFLCH-USP e FAPESP. Coleção Videofilmes 08. **Eu, Um Negro & Os Mestres Loucos, Jean Rouch**.
- LAPLANTINE, F. (1991) **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1950) **Introduction à l' Ouvre de Marcel Mauss**. In: Mauss, M., *Sociologie e Anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de France.

- LÉVI-STRAUSS, C. (1962) **A crise moderna da antropologia**. In: Revista de Antropologia, vol. 10, p. 20-26.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História** (1970). In: Vários autores (orgs.) *Raça e Ciência*. Volume 1, p. 231-269. São Paulo: Perspectiva.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1982) **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes.
- MARTÍN-BARBERO, J. (2001) **Dos meios às Mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- MENEZES, C. (1984) **Registro Visual e Método Antropológico**. In: Caderno de textos. Antropologia Visual. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- MUNANGA, K. (1983) **Antropologia Africana: mito ou realidade?** In: Revista de Antropologia, vol. 26, p. 151-158, São Paulo: USP.
- PEACOCK, J.L. (1996) **Rites of Modernization: Symbolic and Social Aspects of Indonesian** *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London: Routledge.
- PEREIRA, J.B.B. (1994) Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. In: **Estudos Avançados**, vol.8, nº22, São Paulo, Sept./Dec.
- RODRIGUES, J.C. (2009) **Lévi-Strauss, teórico da comunicação**. In: Revista FAMECOS, n. 39, p. 57-62, Porto Alegre: FAMECOS, agosto.
- SALZMAN, P. C. (1968) **Mass Media**. In: BARNARD, A. e SPENCER, J. (orgs.) *Proletarian Drama*. London: University of Chicago Press.
- SAMAIN, E. e SÔLHA, H. (1984) **Antropologia Visual, Mito e Tabu**. In: Caderno de textos. Antropologia Visual. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- SCHADEN, E. (1970) **A Perspectiva Antropológica da Comunicação**. Programa do Curso de Antropologia da Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCHADEN, E. (1974) **A Antropologia da Comunicação e a Cultura Eurotropical do Brasil** In: Contribuição Paulista à Tropicologia, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros.
- SCHADEN, E. (1977) **Cultura e Comunicação** In: Problemas Brasileiros, ano XV, p. 2-11. São Paulo: (xerox do texto), agosto.
- VELHO, G. (1978) **Observando o familiar**. In: NUNES, E. O. (org.), *A Aventura Sociológica, Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, G. e VIVEIROS DE CASTRO, E. B. (1978) **O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas**. In: Artefato, Jornal de Cultura, ano I, n. 1. Rio de Janeiro: Conselho Estadual da Cultura.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agronegócio 67, 76, 77, 82, 87

Amazônia 39, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 112, 231, 258, 259

Antropologia 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 39, 40, 41, 42, 44, 49, 50, 63, 75, 88, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 135, 161, 162, 164, 166, 167, 181, 183, 202, 210, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 247, 256, 259

Assédio 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62

Autoridade 41, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 173, 226

### C

Centralidade 43, 145, 164, 170, 179, 211, 214, 218, 219, 220

Comunidades 22, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 45, 65, 71, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 157, 158, 183, 188, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 233

Consumo 33, 98, 99, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 184, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 205

Cotidiano 11, 21, 34, 59, 89, 90, 91, 100, 128, 139, 163, 184, 189, 192, 197, 202, 204, 206, 215, 216, 218, 220, 222, 227, 229, 232, 256

Cuidado 99, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 178, 179, 192

Cultura 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 28, 39, 65, 66, 67, 68, 73, 75, 95, 101, 102, 106, 107, 108, 110, 114, 126, 140, 141, 142, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 201, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 231, 236, 247, 258, 259, 260

Cultural 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 31, 34, 35, 38, 39, 43, 44, 46, 73, 91, 92, 94, 95, 104, 105, 109, 114, 115, 116, 130, 136, 137, 141, 142, 145, 149, 150, 152, 156, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 181, 184, 187, 188, 193, 207, 208, 213, 218, 226, 233, 234, 236, 248, 253, 258, 259

### D

Decisões judiciais 168, 170, 171, 172, 173, 179, 182

Digital 63, 167

### E

Economia 4, 11, 73, 75, 83, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 138, 142, 172, 179, 184, 186, 195

Educação 13, 16, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 74, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 97, 99, 101, 102, 126, 128, 161, 162, 164, 166, 167, 189, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 213, 221, 263

Epistemologia 1, 2, 23, 108, 114

Escrita 42, 44, 45, 48, 91, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 199

Estigma 204

Estudantes 1, 2, 3, 4, 9, 29, 33, 38, 89, 90, 94, 95, 96, 100, 101, 222

Etnografia 5, 19, 42, 49, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 222, 223, 224, 227, 229, 230, 231, 232, 236, 241, 245, 256, 258

Evitação 171, 204

## **F**

Fronteira 76, 77, 81, 84, 87, 88, 143, 145, 215

## **G**

Gestão 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 50, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 171, 172

Globalização 117, 119, 123, 125, 128, 218, 219

## **H**

Home care 168, 169, 171, 172, 173, 178, 179

## **I**

Identidade 11, 12, 23, 24, 30, 32, 34, 44, 49, 50, 61, 66, 74, 109, 121, 134, 137, 143, 164, 205, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 229, 234, 244, 248, 253, 259

Imigração 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

Interatividade 69, 161, 163

Interculturalidade 26, 28, 29, 31

Interlegalidade 40, 50

## **L**

Lei 32, 37, 39, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 79, 83, 102, 119, 138, 143, 171, 175, 177, 200, 201, 248, 260

## **M**

Memória 11, 130, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 144, 190, 195, 198, 215, 220, 221, 241

## **N**

Narrativas 9, 11, 12, 23, 40, 41, 105, 106, 112, 113, 114, 145, 146, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 188, 214, 222, 225

## O

Origem 16, 46, 48, 59, 64, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 140, 163, 164, 181, 195, 216, 222, 223, 227, 242

## P

Povos indígenas 26, 27, 28, 29, 32, 34, 36, 39, 63, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 101, 102

## Q

Quilombo 44, 46, 47, 211, 213, 214, 217, 220, 221

Quilombolas 40, 44, 46, 47, 49, 83, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220

## R

Reinvenção 127, 180, 215, 229, 244, 259

Religião 15, 229, 230, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259

Religiões 70, 229, 236, 237, 245, 246, 247, 248, 249, 257, 259

Resistência 9, 17, 77, 91, 101, 111, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 259

## S

Saberes 1, 2, 13, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 38, 93, 94, 108, 116, 183, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 226

Saúde 26, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 67, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 126, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 190, 191, 196, 197, 199, 200, 201, 209

Saúde indígena 26, 30, 36, 37, 39, 89, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102

Segregação 145

Simulacros 183, 194, 195, 201

Subalternidade 60, 109, 214, 222, 225, 226

## T

Tecnologia 12, 63, 120, 161, 162, 193

Terra 35, 43, 48, 63, 64, 67, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 104, 105, 106, 116, 120, 123, 131, 132, 191, 207, 216, 221, 237, 241, 242, 250, 258, 259, 260

Território 34, 43, 44, 64, 65, 88, 89, 92, 101, 130, 132, 138, 145, 165, 220, 223

Tradição 7, 18, 143, 164, 216, 218, 226, 229, 231, 234, 235, 237, 242, 244, 251,

253, 254, 258

## U

Universidade 1, 2, 3, 4, 7, 9, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 51, 76, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 112, 117, 129, 130, 143, 144, 161, 179, 182, 183, 201, 203, 204, 211, 221, 222, 229, 230, 259, 260, 263



# A Interlocução de Saberes na Antropologia

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020



# A Interlocução de Saberes na Antropologia 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020